

Demonstrações Contábeis Regulatórias

**Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul)
S.A.**

31 de Dezembro de 2015 e 2014

Com o Relatório dos Auditores Independentes

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

Demonstrações Contábeis Regulatórias

31 de Dezembro de 2015 e 2014

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Contábeis Regulatórias....	1
Balanco patrimonial	4
Demonstração dos resultados	5
Demonstração dos resultados abrangentes	6
Demonstração dos fluxos de caixa	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	8
Notas explicativas às Demonstrações Contábeis	9

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS**

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.

1. Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Essas demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração com base nas disposições contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), instituído pela Resolução Normativa nº 605/2014, da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL para apresentação de relatórios contábeis.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis de estrutura de apresentação adequada

2. A administração da entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as disposições para a elaboração de relatórios contábeis contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, no Despacho nº 245/2016 emitido pela Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira – SFF da ANEEL, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

3. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

4. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas financeiras feitas pela administração da Companhia, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

5. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sem ressalva

6. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as disposições para elaboração de relatórios contábeis contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), instituído pela Resolução Normativa Nº 605/2014, da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

7. Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. Essas demonstrações contábeis foram elaboradas para auxiliar a Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A. a cumprir os requisitos da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, acima referidos. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.

Ênfase

8. Conforme descrito na Nota nº 12, sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para o fato de que o início da operação das linhas de transmissão objeto do Contrato de Concessão nº 013/2012 deveria ocorrer em 10 de janeiro de 2015, porém, devido a fatos detalhados naquela Nota, determinados marcos contratuais não foram alcançados e, por decorrência desse fato, é prevista a conclusão das obras das instalações de transmissão no mês de agosto de 2016. A

Administração da Companhia não identifica, no momento, nenhum risco de contingência que possa gerar perdas.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações contábeis preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

9. A Companhia preparou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, sem modificação, para seus Acionistas, Conselheiros e Administradores com data de 26 de abril de 2016.

Valores correspondentes ao exercício anterior

10. Sobre os valores correspondentes ao exercício de 31 de dezembro de 2014, apresentados para fins de comparação, emitimos, em 30 de abril de 2015, Relatório sobre a Aplicação de Procedimentos Previamente Acordados referente às Demonstrações Contábeis Regulatórias, de acordo com a NBC TSC 4400 – Trabalhos de Procedimentos Previamente Acordados sobre Informações Contábeis, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, aprovada pela Resolução CFC nº 1.277/10. Referido relatório atendia ao Despacho nº 4.991/2011, Ofício nº 507, Despacho 1.023/2013 da Superintendência da Fiscalização Econômica e Financeira – SFF da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e Resolução ANEEL nº 396/2010. Consequentemente, os referidos valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 não foram examinados, por nós nem por outros auditores independentes, no contexto de uma auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Rio de Janeiro, 18 de julho de 2016.

BOUCINHAS, CAMPOS & CONTI
Auditores Independentes S/S
CRC-SP-5.528/O-S-RJ


Antonio Carlos de Oliveira Pires
Contador-CRC-RJ-065.305/O-RJ

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.
CNPJ: 15.286.437/0001-00

Balancos Patrimoniais Regulatórios em 31 de Dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em reais)

	<u>Notas</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
<u>ATIVO</u>			
CIRCULANTE			
Caixa e equivalente de caixa		106.128.902	37.171.139
Impostos a recuperar		2.925.322	2.205.609
Adiantamento a fornecedores		60.807	31.120
Despesas antecipadas		92.908	-
Outros ativos circulantes		89.218	17.740
Total do ativo circulante		<u>109.297.157</u>	<u>39.425.608</u>
NÃO CIRCULANTE			
Imposto de renda e contribuição social diferidos		47.191.552	-
Imobilizado líquido	4	892.240.560	648.509.979
Intangível	5	21.476.356	-
Total do ativo não circulante		<u>960.908.468</u>	<u>648.509.979</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>1.070.205.625</u>	<u>687.935.587</u>
<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>			
CIRCULANTE			
Fornecedores		5.206.689	15.778.419
Retenção contratual		472.588	203.446
Salários e encargos		288.932	234.400
Impostos e contribuições sociais		6.825.593	4.789.823
Debêntures	6	401.725.875	401.144.449
Outros passivos circulantes		3.329.587	296.450
		<u>417.849.264</u>	<u>422.446.987</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	7	619.007.000	272.168.061
Lucro/Prejuízo acumulados		33.349.361	(6.679.461)
Total do patrimônio líquido		<u>652.356.361</u>	<u>265.488.600</u>
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>1.070.205.625</u>	<u>687.935.587</u>

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.
CNPJ: 15.286.437/0001-00

Demonstrações do Resultado Regulatório dos Exercícios
findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em reais)

	<u>Notas</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
DESPESAS OPERACIONAIS			
Pessoal	8	(2.088.874)	(1.862.872)
Materiais		(1.041)	(903)
Serviços de terceiros		(1.919.883)	(1.046.828)
Tributos		(6.389)	(279.775)
Arrendamentos e aluguéis		(274.756)	(264.247)
Despesas administrativas		-	(6.655)
Seguros		-	(8.232)
Depreciação		(114.307)	-
Outros		-	2.500
Prejuízo antes do resultado financeiro e impostos		<u>(4.405.250)</u>	<u>(3.467.012)</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas de aplicações financeiras		-	229.670
Variações monetárias		457.972	-
Outras receitas financeiras		42	-
TRIBUTOS SOBRE RECEITAS FINANCEIRAS			
Pis		(5.848)	-
Cofins		(35.991)	-
DESPESAS FINANCEIRAS			
Juros e multas		(3.036.087)	-
Outras despesas financeiras		(137.568)	(282.686)
Total do resultado financeiro		<u>(2.757.480)</u>	<u>(53.016)</u>
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
		<u>(7.162.730)</u>	<u>(3.520.028)</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente		-	(110.628)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		47.191.552	-
LUCRO (PREJUÍZO) LIQUIDO DO EXERCICIO		<u>40.028.822</u>	<u>(3.630.656)</u>

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.
CNPJ: 15.286.437/0001-00

Demonstrações do Resultado Abrangente Regulatório
dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em reais)

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	40.028.822	(3.630.656)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de resultado abrangente do exercício	<u>40.028.822</u>	<u>(3.630.656)</u>

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.
CNPJ: 15.286.437/0001-00

**Demonstrações do Fluxo de Caixa regulatório dos exercícios findos
em 31 de Dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em reais)**

	2015	2014
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro (Prejuízo) antes dos imposto de renda e da contribuição social	(7.162.730)	(3.520.028)
Ajuste de itens que não causaram impacto no caixa		
Juros de empréstimos	581.426	40.960.476
Aumento/redução nos ativos e passivos operacionais		
Adiantamento a fornecedores	(29.687)	(2.060.974)
Impostos a compensar	(719.713)	-
Despesas antecipadas	(92.908)	-
Outros ativos circulantes	(71.478)	792.366
Fornecedores	(10.571.730)	434.495
Obrigações fiscais	2.035.770	15.727.223
Retenções contratuais	269.142	4.276.903
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	94.520
Salários e encargos	54.533	14.906
Outros passivos circulantes	3.033.137	(56.527)
Caixa líquido consumido (gerado) pelas atividades operacionais	(12.674.238)	56.663.360
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Acréscimo de imobilizado	(265.206.938)	(458.059.196)
Caixa líquido consumido pelas atividade de investimentos	(265.206.938)	(458.059.196)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Emissão de Debêntures	-	119.965.356
Outros	-	194.117.647
Integralização de Capital	346.838.939	-
Caixa líquido gerado pelas atividdes de financiamentos	346.838.939	314.083.003
Aumento/Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa		
	68.957.763	(87.312.833)
Início do exercício	37.171.139	124.483.972
Final do exercício	106.128.902	37.171.139
Aumento/Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa	68.957.763	(87.312.833)

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.
CNPJ: 15.286.437/0001-00

**Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido dos exercícios findos
em 31 de Dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em reais)**

	<u>Capital social</u>	<u>AFAC</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
SALDOS REGULATÓRIOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	78.050.414	-	(3.048.805)	75.001.609
Integralização de capital com emissão de 114.117.646 ações em 10/12/2014	114.117.647	-	-	114.117.647
Integralização do Capital com AFAC em 24/11/2014	80.000.000	-	-	80.000.000
Lucro do período	-	-	(3.630.656)	(3.630.656)
SALDOS REGULATÓRIOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	272.168.061	-	(6.679.461)	265.488.600
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital em 02/03/2015	-	27.831.939	-	27.831.939
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital em 11/05/2015	-	43.000.000	-	43.000.000
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital em 12/06/2015	-	25.500.000	-	25.500.000
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital em 17/08/2015	-	24.500.000	-	24.500.000
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital em 17/09/2015	-	36.000.000	-	36.000.000
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital em 13/11/2015	-	66.850.000	-	66.850.000
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital em dezembro	-	123.157.000	-	123.157.000
Integralização do Capital com AFAC	346.838.939	(346.838.939)	-	-
Prejuízo do período	-	-	40.028.822	40.028.822
SALDOS REGULATÓRIOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	619.007.000	-	33.349.361	652.356.361

1. Contexto operacional

A Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A. (“GTE” ou “Companhia”), Companhia privada, de capital fechado, foi constituída em 14 de março de 2012 e está estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - 11º andar, sala 1101, Centro no Rio de Janeiro. A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico- SPE e tem por objeto social a exploração de concessões de Serviços Públicos de Transmissão de Energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Esta atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

1.1. Da concessão

A Companhia foi constituída a partir do Consórcio Guaraciaba que foi o vencedor do Lote B do Leilão de Transmissão nº 02/2012, realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) em 09 de março de 2012. O Lote B é formado pela subestação Marimbondo II (500 kV), pelas linhas de transmissão 500 kV Ribeirãozinho-Rio Verde Norte e Rio Verde Norte - Marimbondo II, e pelo seccionamento das linhas de transmissão (500 kV) Marimbondo - Araraquara C1 e C2 na subestação Marimbondo II, nos estados de Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais. As linhas de transmissão têm como objetivo escoar a energia gerada pelas usinas Teles Pires e Colider. Futuramente, outras usinas serão conectadas a esse tronco. A subestação Marimbondo II cumpre as funções de atender às regiões metropolitanas de Goiânia e Brasília e de proporcionar intercâmbio regional entre o Centro-Oeste e o Sudeste.

1.2. Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura – REIDI junto às Autoridades Governamentais competentes

A Companhia, por ter projetos aprovados de construção de infraestrutura no setor de energia, obteve a habilitação para operar no Regime de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI (instituído pela Lei nº 11.488/2007) junto as Autoridades Governamentais competentes, que concede o benefício fiscal da suspensão da Contribuição para o Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público PIS/PASEP e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (mercado interno e importação) na aquisição de bens ou materiais de construção de obras de infraestrutura que serão convertidas ao ativo imobilizado, a alíquota zero, conforme publicação do Diário Oficial em 26 de julho de 2013.

1.3. Início da operação comercial

A Companhia tem previsão para conclusão das obras estabelecida para o mês de agosto de 2016.

2. Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias

As Demonstrações contábeis regulatórias relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico brasileiro, definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, a exceção dos seguintes dispositivos que são conflitantes com as práticas regulatórias:

- ICPC 01 - Contratos de Concessões (IFRIC 12) Esse pronunciamento estabelece diretrizes gerais para o reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados em contratos de concessão e é aplicável para situações em que o poder concedente controle ou regulamente quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e por qual preço, e controle qualquer participação residual significativa na infraestrutura no final do prazo da concessão.

A ANEEL considerando que as aplicações dos procedimentos contábeis societários acima mencionados impedem: (i) a divulgação de um conjunto de informações que representem adequadamente a situação econômico-financeira das concessionárias e permissionárias de serviço público de energia elétrica em consonância com o modelo regulatório tarifário que permita a apresentação da realização dos componentes tarifários e da efetiva remuneração; e (ii) a manutenção das informações contábeis referentes à composição dos ativos vinculados à concessão de energia elétrica, sujeitos à reversão, para fins de atendimento às atividades de fiscalização e prestações de informações dos investimentos no setor elétrico, resolve instituir a Contabilidade Regulatória através da Resolução Normativa nº 396, de 23 de fevereiro de 2010.

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo um documento denominado de Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2015.

A apresentação das Demonstrações contábeis regulatórias visa atender as determinações do órgão regulador, com relação a divulgação de um conjunto de informações que representem a situação econômico-financeira da Companhia, em consonância com o arcabouço legal regulatório.

As Demonstrações contábeis regulatórias devem ser lidas em conjunto com as demonstrações societárias, que contém as informações das notas explicativas adicionais às divulgadas neste relatório, as quais podem ser consultadas no site da Companhia.

Todos os valores apresentados nestas Demonstrações contábeis regulatórias estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido aos arredondamentos, os números apresentados ao longo deste documento podem não perfazerem precisamente aos totais apresentados.

3. Principais Práticas Contábeis Regulatórias

3.1. Plano de contas

A Companhia adota o plano de contas contido no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, instituído pela Resolução ANEEL nº 444, de 26 de outubro de 2001 e alterações subsequentes estabelecidas através da Resolução ANEEL n.ºs 473, de 06 de março de 2006, 219, de 11 de abril de 2006, 4.815, de 26 de dezembro de 2008, 370 de 30 de junho de 2009, 396 de 23 de fevereiro de 2010 e 605 de 11 de março de 2014.

3.2. Imobilizado

3.2.1. Imobilizado em serviço

Registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzida da sua depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente e contabilizada a partir da entrada em operação dos bens e instalações transferidas para as imobilizações em serviço. As taxas anuais de depreciação estão estabelecidas pelo poder concedente, conforme Resolução ANEEL nº 44 de 17 de março de 1999 e Portaria ANEEL nº 815/94.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

3.2.2. Imobilizado em curso

Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do

Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A Outorgada agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

3.3. Intangíveis

Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

3.4. Obrigações especiais vinculadas à concessão

Representa o saldo de valores e/ou bens recebidos de Municípios, Estados, União Federal e Consumidores em geral, relativos a doações e subvenções para investimento na expansão do serviço público de energia elétrica.

Em atendimento à Instrução Contábil nº 6.3.14 do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, as Obrigações Vinculadas à Concessão, registradas em grupo específico no Passivo Não Circulante, estão apresentadas como dedução do Ativo Não Circulante - Imobilizado, dadas suas características de aporte financeiro com fins específicos de financiamento para obras.

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP-Sul) S.A.
 Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
 em 31 de dezembro de 2015 e 2014
 Em Reais

4. Imobilizado

O Imobilizado está composto como abaixo:

	Valor bruto em 31/12/2014	Adições	Baixas	Transferências	Valor bruto em 31/12/2015	Adições líquidas	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2015	Valor Líquido em 31/12/2014
Ativo Imobilizado em Serviço									
Administração									
Máquinas e Equipamentos	97.068	-	15.873	-	81.195	(15.873)	(58.130)	23.065	97.068
Móveis e utensílios	1.100	-	-	-	1.100	-	(128)	972	1.100
Veículos	-	177.001	-	-	177.001	177.001	(56.050)	120.951	-
Subtotal	98.168	177.001	15.873	-	259.296	161.128	(114.309)	144.988	98.168
Ativo imobilizado em curso									
Transmissão									
Máquinas e equipamentos	371.037.143	56.808.438	-	1.290.352	426.555.228	58.098.790	-	426.555.228	371.037.143
Edificações, obras civis e benfeitorias	141.851.604	131.630.812	-	(27.340)	273.455.076	131.603.472	-	273.455.076	141.851.604
A Ratear	50.198.778	71.867.357	362.325	(1.339.355)	120.364.456	70.165.677	-	120.364.456	50.198.778
Adiantamento a Fornecedor	63.407.648	4.566.384	-	-	67.974.032	4.566.384	-	67.974.032	63.407.648
Outros	154.808	3.668.314	-	76.343	3.746.780	3.744.657	-	3.746.780	154.808
Subtotal	626.649.982	268.541.305	362.325	-	892.095.572	268.178.980	-	892.095.572	626.649.982
Total do Ativo Imobilizado	626.748.150	268.718.306	378.198	-	892.354.868	268.340.108	(114.309)	892.240.560	626.748.150

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP-Sul) S.A.
 Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
 em 31 de dezembro de 2015 e 2014
 Em Reais

As diferenças identificadas entre o ativo imobilizado societário e regulatório são decorrentes da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) e OCPC 05 - Contratos de Concessão na contabilidade societária. Estas normas orientam os concessionários sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas e define os princípios gerais de reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados aos contratos de concessão de serviços. A partir da adoção desse procedimento o ativo imobilizado foi bifurcado em ativo intangível e financeiro.

a) Vinculação dos Bens à Concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizadas na produção e transmissão de energia são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A Resolução ANEEL nº 20/99, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia pra desvinculação de bens inservíveis à concessão quando destinados à alienação, determinando ainda, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na referida concessão.

b) Depreciação e Amortização

Com a aplicação do ICPC 01 - Contratos de Concessão, os ativos da concessão não pertencem às concessionárias de transmissão, tendo apenas o direito de exploração do bem e, como não há risco de demanda, esses ativos passaram a ser considerados como ativos financeiros e, portanto, não são depreciados ou amortizados.

Os itens referentes a administração e que não estão ligados diretamente à operação estão sendo depreciados de acordo com a sua vida útil.

Demonstração de Depreciação

	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2015			2014
		Bruto	Depreciação e Amortização Acumuladas	Valor Líquido	Valor Líquido
<u>Em Serviço</u>					
Administração					
Custo Histórico	10%	259.296	(114.309)	144.988	98.168
		259.296	(114.309)	144.988	98.168
<u>Em Curso</u>					
Transmissão		892.095.572	-	892.095.572	626.649.982
		892.354.868	(114.309)	892.240.560	626.748.150

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP-Sul) S.A.
 Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
 em 31 de dezembro de 2015 e 2014
 Em Reais

Adições de Imobilizado em curso:

Adições do Imobilizado em Curso - R\$	Material / Equipamentos	Serviços de Terceiros	Mão de Obra Própria	Juros Capitalizados	Outros Gastos	Total
Máquinas e Equipamentos	56.808.438	-	-	-	-	56.808.438
A Ratear	135.432	737.895	1.768.493	67.867.391	1.358.147	71.867.357
Edificações, obras civis e benfeitorias	115.798.047	15.832.766	-	-	-	131.630.812
Adiantamentos a Fornecedores	-	-	-	-	4.566.384	4.566.384
Outros	-	-	-	-	3.668.314	3.668.314
Total das Adições	172.741.916	16.570.660	1.768.493	67.867.391	9.592.845	268.541.305

5. Intangível

O Ativo Intangível está composto como abaixo:

	Valor bruto em 31/12/2014	Adições	Baixas	Transferências	Valor Bruto em 31/12/2015	Adições líquidas	Valor Líquido em 31/12/2015	Valor Líquido em 31/12/2014
Ativo Intangível em Serviço								
Administração								
Software	21.804	51.307	-	-	73.111	51.307	73.111	21.804
Subtotal	21.804	51.307	-	-	73.111	51.307	73.111	21.804
Ativo intangível em curso								
Transmissão								
Servidões	21.740.025	-	352.652	-	21.387.373	(352.652)	21.387.373	21.740.025
Subtotal	21.740.025	-	352.652	-	21.387.373	(352.652)	21.387.373	21.740.025
Administração								
Software	15.873	-	-	-	15.873	-	15.873	15.873
Subtotal	15.873	-	-	-	15.873	-	15.873	15.873
Total do Ativo Intangível	21.777.701	51.307	352.652	-	21.476.356	(301.345)	21.476.356	21.777.701

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP-Sul) S.A.
 Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
 em 31 de dezembro de 2015 e 2014
 Em Reais

6. Debêntures

Abertura do Endividamento – R\$

	Juros de	Principal	Principal +	Saldo	Adimplente?	Data Captação	Tipo de	Indexador	Spread	Data Próximo	Frequência	Data Próxima	Vencimento	Frequência	Sistemática	Amortização de
INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Curto Prazo	Curto Prazo	Juros LP	Total		/ Repactuação	Garantia	ou Juros	% a.a.	Pgto Juros	Pgto Juros	Amortização	Final	de Amortiz.	Amortização	2016
Financ. / Emprést. Moeda Nacional																
Banco Bradesco S.A.	1.725.875	400.000.000	-	401.725.875	Sim	20/12/2014, 20/06/2015 e 20/12/2015	Garantia Corporativa Copel Holding (49%) e State Grid Brasil Holding (51%)	CDI + JUROS	CDI + 2,30%	20/06/2016	Semestral	20/06/2016	20/06/2016	Pagamento integral no vencimento (20/06/2016)	Pagamento integral no vencimento (20/06/2016)	401.725.875
Total por Dívida																
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira																
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	1.725.875	400.000.000	-	401.725.875												401.725.875
Tributária																
Fundo de Pensão																
Intra-Setoriais																
Mútuos (Empresas relacionadas)																
Diversos																

Abertura dos Ativos Financeiros – R\$

LIN	INSTITUIÇÃO / LINHA DEVEDORA	Juros de	Principal	Principal +	Saldo	Adimplente?	Indexador	Spread	Frequência	Cronograma de Amortização					
		Curto Prazo	Curto Prazo	Juros LP	Total					2016	2017	2018	2019+	Total	
9	Ativos Financeiros	664.175	105.464.727	-	106.128.902										
9.1	Caixa e Aplicações Financeiras	664.175	105.464.727	-	106.128.902	Selecionar	Selecionar		Selecionar						
9.1.1	Saldo Final de Caixa - Conta 111	-	1.082.394	-	1.082.394	sim				1.082.394					1.082.394
9.1.2	Aplicação Financeira CDB	664.175	104.382.334	-	105.046.508	sim	CDI	99,34%	Diário	105.046.508					105.046.508
9.1.3	Aplicação Financeira Fundos DI			-						-					-
9.1.4	Aplicação Financeira Outros Fundos de Invest.			-						-					-
9.1.5	Aplicação Financeira ou Ativo Financ. 01			-						-					-
9.1.6	Aplicação Financeira ou Ativo Financ. 02			-						-					-

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP-Sul) S.A.
 Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
 em 31 de dezembro de 2015 e 2014
 Em Reais

Composição do Endividamento e Dívida Líquida – R\$

	Juros de	Principal	Principal +	Total	Total
RESUMO	Curto Prazo	Curto Prazo	Juros LP	2015	2014
Dívida Bruta					
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	1.725.875	400.000.000	-	401.725.875	401.144.449
Ativos Financeiros					
Alta Liquidez	664.175	105.464.727	-	106.128.902	37.171.139
Dívida Líquida	1.061.700	294.535.273	-	295.596.973	363.973.310

7. Patrimônio Líquido

Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2015 representa R\$ 619.007.000, e sua composição por classe de ações e principais acionistas é a seguinte:

	Capital Social
State Grid Brazil Holding S.A.	R\$ 315.693.570
COPEL Geração e Transmissão S.A.	R\$ 303.313.430
	R\$ 619.007.000

8. Pessoal e Administradores

Pessoal e Administradores	2015	2014
Pessoal	1.720.341	1.132.725
Remuneracao	701.248	475.405
Encargos sobre a folha de pagamento	416.307	316.991
13o salario	81.236	91.177
Férias	130.210	38.725
Gratificação	119.232	16.275
Despesas rescisórias	-	22.330
Benefícios a empregados	226.371	129.529
Outros	45.737	42.293
Administradores	323.871	730.147
Honorarios e encargos (Diretoria e Conselho)	323.871	730.147
Total	2.044.212	1.862.872

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP-Sul) S.A.
 Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
 em 31 de dezembro de 2015 e 2014
 Em Reais

9. Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário

Para fins estatutários, a SPE seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a SPE seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

ATIVO	Notas	2015			2014		
		Societário	Ajustes ICPC01	Regulatório	Societário Reapresentado	Ajustes ICPC01	Regulatório Reapresentado
CIRCULANTE							
Caixa e equivalente de caixa		106.128.902	-	106.128.902	37.171.139	-	37.171.139
Impostos a recuperar		2.925.322	-	2.925.322	2.205.609	-	2.205.609
Adiantamento a fornecedores		60.807	-	60.807	31.120	-	31.120
Despesas antecipadas		92.908	-	92.908	-	-	-
Outros ativos circulantes		89.218	-	89.218	17.740	-	17.740
Total do ativo circulante		109.297.157	-	109.297.157	39.425.608	-	39.425.608
NÃO CIRCULANTE							
Contas a Receber Ativo Financeiro	4	928.896.511	(928.896.511)	-	668.168.863	(668.168.863)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos		41.862.747	5.328.805	47.191.552	16.376.505	(16.376.505)	-
Imobilizado líquido	4	233.970	892.006.590	892.240.560	119.972	648.390.007	648.509.979
Intangível	5	-	21.476.356	21.476.356	-	-	-
Total do ativo não circulante		970.993.228	(10.084.760)	960.908.468	684.665.340	(36.155.361)	648.509.979
TOTAL DO ATIVO		1.080.290.385	(10.084.760)	1.070.205.625	724.090.948	(36.155.361)	687.935.587
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
CIRCULANTE							
Fornecedores		5.206.689	-	5.206.689	15.778.419	-	15.778.419
Retenção contratual		472.588	-	472.588	203.446	-	203.446
Salários e encargos		288.932	-	288.932	234.400	-	234.400
Impostos e contribuições sociais		6.825.593	-	6.825.593	4.789.823	-	4.789.823
Debêntures	6	401.725.875	-	401.725.875	401.144.449	-	401.144.449
Dividendos propostos		8.016.478	(8.016.478)	-	8.016.478	(8.016.478)	-
Outros passivos circulantes		3.329.587	-	3.329.587	296.450	-	296.450
		425.865.742	(8.016.478)	417.849.264	430.463.465	(8.016.478)	422.446.987
NÃO CIRCULANTE							
Exigível a longo prazo							
Imposto de renda e contribuição diferidos		44.633.158	(44.633.158)	-	23.018.444	(23.018.444)	-
		44.633.158	(44.633.158)	-	23.018.444	(23.018.444)	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Capital social	7	619.007.000	-	619.007.000	272.168.061	-	272.168.061
Lucro/Prejuízo acumulados		(9.215.515)	42.564.876	33.349.361	(1.559.022)	(5.120.439)	(6.679.461)
Total do patrimônio líquido		609.791.485	42.564.876	652.356.361	270.609.039	(5.120.439)	265.488.600
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.080.290.385	(10.084.760)	1.070.205.625	724.090.948	(36.155.361)	687.935.587

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP-Sul) S.A.
 Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
 em 31 de dezembro de 2015 e 2014
 Em Reais

	Notas	2015			2014		
		Societário	Ajustes ICPC01	Regulatório	Societário	Ajustes ICPC01	Regulatório
		2015			2014		
RECEITA OPERACIONAL BRUTA							
Receita de construção		156.318.089	(156.318.089)	-	417.116.139	(417.116.139)	-
Rendimentos sobre ativo de concessão		63.502.099	(63.502.099)	-	53.604.294	(53.604.294)	-
Custo de construção		(156.318.089)	156.318.089	-	(417.116.139)	417.116.139	-
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		63.502.099	(63.502.099)	-	53.604.294	(53.604.294)	-
DESPESAS OPERACIONAIS							
Pessoal	8	(2.088.874)	-	(2.088.874)	(1.862.872)	-	(1.862.872)
Materiais		(1.041)	-	(1.041)	(903)	-	(903)
Serviços de terceiros		(1.919.883)	-	(1.919.883)	(1.046.828)	-	(1.046.828)
Tributos		(6.389)	-	(6.389)	(279.775)	-	(279.775)
Arrendamentos e aluguéis		(274.756)	-	(274.756)	(264.247)	-	(264.247)
Despesas administrativas		-	-	-	(6.655)	-	(6.655)
Seguros		-	-	-	(8.232)	-	(8.232)
Depreciação		(114.307)	-	(114.307)	-	-	-
Outros		-	-	-	2.500	-	2.500
Prejuízo antes do resultado financeiro e impostos		59.096.849	(63.502.099)	(4.405.250)	50.137.282	(53.604.294)	(3.467.012)
RESULTADO FINANCEIRO							
Receitas de aplicações financeiras		2.179.333	(2.179.333)	-	15.236.659	(15.006.989)	229.670
Variações monetárias		457.972	-	457.972	-	-	-
Outras receitas financeiras		42	-	42	-	-	-
TRIBUTOS SOBRE RECEITAS FINANCEIRAS							
Pis		(5.848)	-	(5.848)	-	-	-
Cofins		(35.991)	-	(35.991)	-	-	-
DESPESAS FINANCEIRAS							
Despesa de waiver		(11.200.000)	11.200.000	-	-	-	-
Juros sobre empréstimos		(58.837.174)	58.837.174	-	(55.914.449)	55.914.449	-
Juros e multas		(3.045.637)	9.550	(3.036.087)	-	-	-
Outras despesas financeiras		(137.566)	(2)	(137.568)	(282.686)	-	(282.686)
Total do resultado financeiro		(70.624.869)	67.867.389	(2.757.480)	(40.960.476)	40.907.460	(53.016)
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(11.528.020)	4.365.290	(7.162.730)	9.176.806	(12.696.834)	(3.520.028)
Imposto de renda e contribuição social corrente		-	-	-	-	(110.628)	(110.628)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		3.871.526	43.320.026	47.191.552	(4.280.842)	4.280.842	-
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(7.656.494)	47.685.316	40.028.822	4.895.964	(8.526.619)	(3.630.656)

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória:

9.1. Ativo financeiro Indenizável

Os ajustes são decorrentes de contabilização na contabilidade societária de expectativa de direito incondicional de receber caixa (indenização) e atualizações dos saldos.

Estes lançamentos na contabilidade societária foram realizados em atendimento ao disposto na ICPC 01 Contratos de Concessão, mas que para fins de contabilidade regulatória tais práticas não são adotadas e desta forma, apresenta-se ajustes nesta conciliação de saldos contábeis societários e regulatórios.

As diferenças identificadas entre o Ativo Financeiro Indenizável e o Ativo Imobilizado Regulatório, são decorrentes da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão na contabilidade societária. Estas normas orientam os concessionários sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas e define os princípios gerais de reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados aos contratos de concessão de serviços. A partir da adoção desse procedimento o ativo imobilizado foi bifurcado em ativo intangível e financeiro.

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP-Sul) S.A.
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
em 31 de dezembro de 2015 e 2014
Em Reais

a) Vinculação dos Bens à Concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizadas na produção e transmissão de energia são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A Resolução ANEEL nº 20/99, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão quando destinados à alienação, determinando ainda, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na referida concessão.

b) Depreciação e Amortização

Com a aplicação do ICPC 01 - Contratos de Concessão, os ativos da concessão não pertencem às concessões de transmissão, tendo apenas o direito de exploração do bem e, como não há risco de demanda, esses ativos passaram a ser considerados como ativos financeiros e, portanto, deixaram de ser depreciados ou amortizados, conseqüentemente tirando o efeito no resultado.

9.2. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Com a aplicação do ICPC 01 - Contratos de Concessão os rendimentos calculados sobre o Ativo Financeiro Societário, foram incluídos na base de cálculo dos impostos diferidos na Contabilidade societária, por representarem resultados com ajustes temporários.

Estes tributos serão amortizados em função da realização do resultado através da amortização do ativo financeiro pelo prazo de concessão.

9.3. Receita e custo de construção

Os ajustes da Receita e do Custo de construção são decorrentes, da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão ("ICPC 01 (R1)"), que estabelece que o concessionário de transmissão de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 - Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 (R1) - Receitas (serviços de operação - fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão.

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo próxima a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a transmissão de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo financeiro indenizável em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais, se houver.

Guaraciaba Transmissora de Energia (TP-Sul) S.A.
 Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
 em 31 de dezembro de 2015 e 2014
 Em Reais

9.4. Receitas e despesas financeiras

Nas Demonstrações Contábeis Societárias, os valores referentes aos encargos sobre empréstimos e as receitas de aplicações financeiras, relacionadas a parcela dos financiamentos que ficaram aplicados no mercado financeiro até a data da utilização, foram reconhecidas no resultado conforme requerido pela Interpretação Técnica – ICPC 01 (R1) – Contratos de concessão.

Para fins de DCR- Demonstrações Contábeis Regulatórias, estes valores foram reclassificados para o Ativo Imobilizado.

10. Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Saldos no início do exercício	265.488.600	75.001.609
Movimentação do Patrimônio Líquido	346.838.939	194.117.647
Resultado societário do exercício	(7.656.494)	4.895.964
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	(63.502.099)	(53.604.294)
Resultado Financeiro (ICPC 01)	67.867.389	40.907.460
Imposto de Renda e Contribuição Diferidos	43.320.026	4.280.842
Imposto de Renda e Contribuição correntes		(110.628)
Saldos no fim do exercício	<u>652.356.361</u>	<u>265.488.600</u>

11. Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Lucro (prejuízo) líquido conforme contabilidade societária	(7.656.494)	4.895.964
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	(63.502.099)	(53.604.294)
Receitas de aplicações financeiras	(2.179.333)	(15.006.989)
Despesa de waiver	11.200.000	-
Juros sobre empréstimos	58.837.174	55.914.449
Juros e multas	9.550	-
Outras despesas financeiras	(2)	-
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	43.320.026	4.170.213
Lucro (prejuízo) líquido regulatório	<u>40.028.822</u>	<u>(3.630.656)</u>

12. Eventos Subsequentes

A Companhia assinou o Contrato de Concessão nº013/2012 em 10/05/2012, para a construção das linhas de transmissão Ribeirãozinho – Rio Verde do Norte - Marimbondo II e construção da subestação Marimbondo II.

O contrato dispõe que o início da operação comercial ocorrerá em 32 (trinta e dois) meses contados da data da assinatura, sendo então 10/01/2015.

Devido a fatos alheios à vontade da Transmissora, extraordinários e imprevisíveis caracterizados na forma da Cláusula Quinta, Subcláusulas Terceira a Sexta, do Contrato de Concessão e legislação aplicável, alguns marcos intermediários do cronograma não foram alcançados na data prevista no Contrato de Concessão.

A construção das instalações referentes ao contrato de concessão 013/2012 se encontram em estágio avançado, sendo os principais marcos detalhados abaixo:

- LTB1 – RIBEIRÃOZINHO – RIO VERDE NORTE: Obras concluídas em 04/07/16;
- LTB2 – RIO VERDE NORTE – MARIMBONDO II: Obras concluídas em 27/06/16;
- LTB3 – SECCIONAMENTO – MAR I – MAR II – ARA: Para concluir o lançamento de cabos e liberar o trecho para energização, depende dos desligamentos a serem reprogramados com Furnas e ONS, que estão previstos para 31/08/16;
- SE RIBEIRÃOZINHO: Previsão de conclusão das obras em 30/07/16;
- SE MARIMBONDO II: Previsão de conclusão das obras em 31/08/16;
- SE RIO VERDE NORTE (Exceto SC/SVC): Previsão de conclusão das obras em 30/07/16;
- SE RIO VERDE NORTE (SC/SVC): Previsão de conclusão das obras em 31/08/16.

A Companhia tem previsão para a conclusão das obras estabelecida para o mês de Agosto de 2016.

Em 29 de abril de 2016 a Companhia publicou as Demonstrações Contábeis para fins societários referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 que informou na Nota Explicativa nº 18.2 que o início da operação comercial estava previsto para 31 de maio de 2016, previsão não concretizada devido aos fatos supramencionados.

A Administração da Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A., não identifica até o momento, nenhum risco de contingência que possa gerar perdas ou penalidades em decorrência do atraso no início da operação comercial.